



**BANCO DA AMAZÔNIA**

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

# PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA – 2010

Belém  
2010

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

**ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR**

Presidente

**ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES**

Diretor de Infraestrutura do Negócio

**EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA**

Diretor de Análise e Reestruturação

**EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO**

Diretor de Controle e Risco

**GILVANDRO NEGRÃO SILVA**

Diretor Comercial e de Distribuição

**Direção Geral: Av. Presidente Vargas, 800**

**CEP 66.017- 000 Belém - Pará**

**Telefone: PABX (91) 4008-2400**

**FAX : (91) 4008-3406**

**Site: <http://www.bancoamazonia.com.br>**

**E-mail: [coinp@bancoamazonia.com.br](mailto:coinp@bancoamazonia.com.br)**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>1. CARACTERÍSTICAS E OPORTUNIDADES DA AMAZÔNIA.....</b>	<b>6</b>
<b>2. NECESSIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>6</b>
<b>3. O BANCO DA AMAZÔNIA COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA.....</b>	<b>7</b>
<b>4. TURISMO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>7</b>
<b>5. AÇÕES ESTRATÉGICAS E PRIORIDADES DO BANCO DA AMAZÔNIA NO ÂMBITO DO TURISMO REGIONAL.....</b>	<b>8</b>
<b>6. APOIO DO BANCO DA AMAZÔNIA ÀS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE TURISMO DESENVOLVIDOS NOS ESTADOS DA REGIÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>7. OBJETIVOS DO PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA .....</b>	<b>15</b>
<b>8. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O TURISMO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>16</b>
<b>9. METAS DE FINANCIAMENTO PARA O TURISMO EM 2010.....</b>	<b>22</b>
<b>10. RESULTADOS ESPERADOS.....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>24</b>
<i>ANEXO I – PONTOS DE ATENDIMENTO DO BANCO DA AMAZÔNIA NA REGIÃO AMAZÔNICA.....</i>	<i>25</i>
<i>ANEXO II – PROGRAMA AMAZÔNIA MAIS CULTURA.....</i>	<i>27</i>
<i>ANEXO III – PROCEDIMENTOS PARA FINANCIAMENTO COM RECURSOS DO FNO.....</i>	<i>30</i>

## APRESENTAÇÃO

Desenvolver e fortalecer o turismo em bases sustentáveis em uma Região multifacetada, cercada por uma diversidade de paisagens e culturas e privilegiada por recursos naturais como é a Amazônia, não é tarefa fácil, exigindo a convergência de esforços e iniciativas pautadas na integração, cooperação e co-responsabilidade de todos os agentes que compõem o *trade* turístico regional no sentido de focar as prioridades identificadas em busca de soluções para o aproveitamento do potencial e a eliminação ou mitigação dos óbices que afetam o turismo na Região.

Nessa perspectiva, este **Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia para 2010** se propõe a nortear as ações do Banco da Amazônia de incentivo ao turismo regional e, em alinhamento às Políticas, Planos e Programas dos Governos Federal e Estaduais da Região para o turismo, visa contribuir para a redução e/ou eliminação dos fatores inibidores da transformação do potencial natural, histórico e cultural da Região em produtos e serviços turísticos competitivos nacional e internacionalmente.

Como ferramenta de indução do desenvolvimento do turismo regional sustentável, a exemplo dos anos anteriores, o Plano agrega os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de toda a cadeia turística, contemplando o fomento à cultura regional, à infraestrutura e ao comércio e serviços em geral.

Dessa forma, esperamos com este Plano de Incentivo ao Turismo dar mais um passo no aperfeiçoamento da política de alocação de recursos do Banco da Amazônia voltados para o turismo, priorizando a oferta de crédito para empreendimentos que estejam devidamente alinhados ao novo padrão de financiamento preconizado pela Instituição, de modo a contribuir para a dinamização da atividade turística na Amazônia.

**ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR**  
Presidente do Banco da Amazônia

## **1. CARACTERÍSTICAS E OPORTUNIDADES DA AMAZÔNIA**

A Região Amazônica possui uma extensão territorial de 5.088.668,5 Km<sup>2</sup>, correspondente a 60% do território nacional, sendo composta por 9 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Sua população atual é de aproximadamente 23,6 milhões de habitantes com densidade demográfica de 4,6 hab/Km<sup>2</sup>, sendo que mais de 60% residem em áreas urbanas. O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia é de R\$ 162,4 bilhões, equivalente a 7% do PIB nacional.

Neste contexto, a importância estratégica da Amazônia no cenário internacional aponta para o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento sustentável para a Região destacando:

- a) A existência de um patrimônio natural com uma imensa riqueza biológica, consistindo em um sistema integrado pela continuidade da floresta que, juntamente com a sua grande bacia hidrográfica, unifica vários subsistemas ecológicos;
- b) A floresta amazônica (que congrega 1/3 das florestas tropicais úmidas do mundo) reúne a maior reserva mundial de biodiversidade, 3,5 milhões de hectares de floresta virgem, 750 espécies diferentes de árvores e o maior banco genético do Planeta;
- c) A condição natural de uma das mais importantes províncias minerais da Terra, com perspectivas de diversificação, a curto e médio prazo, da industrialização do setor, além da extração de petróleo e gás em seu território;
- d) O elevado potencial hidrelétrico que possibilita não somente o abastecimento interno de energia, mas também a exportação energética para outras regiões do País;
- e) A disponibilização de extraordinária fonte pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este último encontrado nos manguezais; e
- f) O desenvolvimento do agronegócio regional envolvendo produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

## **2. NECESSIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA**

A transformação dos recursos disponíveis na Amazônia, em oportunidades de negócios sustentáveis, depende fundamentalmente da capacidade dos agentes de desenvolvimento públicos e privados em construir parcerias institucionais fortes e capazes de mobilizar os agentes produtivos como um todo em torno do atendimento das necessidades inerentes a uma região com características e complexidades próprias, como é a Amazônia.

Entre as ações essenciais para o atendimento dessas necessidades estão:

- a) A implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção;
- b) A promoção do ordenamento territorial mediante a regularização fundiária, a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva;
- c) A elevação do nível de organização e o fortalecimento das micro e pequenas empresas;
- d) A melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores da Região; e
- e) A capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região, de forma a propiciar adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico

avançado, em especial com relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor aos produtos regionais.

### **3. O BANCO DA AMAZÔNIA COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA**

Como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, o Banco da Amazônia atua com o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, entre as ações estratégicas do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável, alinhadas às prioridades do Governo Federal para a Região Amazônica, está o **Incentivo ao Turismo Regional Sustentável**, desenvolvido em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT).

Para o Banco da Amazônia, a atividade turística representa uma excelente oportunidade para a estruturação de negócios sustentáveis, uma vez que, pela sua própria essência, o turismo apresenta grandes possibilidades de ser trabalhado de modo a mitigar ou evitar os impactos ambientais e sociais inerentes a outras atividades produtivas.

Dessa forma, considerando que a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 representa grandes oportunidades para o turismo brasileiro nesta década, o Banco da Amazônia entende a necessidade de investimento em ações duradouras que tenham reflexos positivos pós-Copa e contribuam para a sustentabilidade ambiental e econômico-financeira na Amazônia.

Assim, como forma de estimular a melhoria da infraestrutura e dos serviços de finalidade ou interesse turísticos na Região, o Banco da Amazônia tem adotado medidas para facilitar o acesso ao crédito, principalmente ao pequeno e médio empreendedor de turismo, a exemplo do compromisso de flexibilidade nos recursos destinados ao setor, que poderão ser ampliados de acordo com a demanda, e da extensão para 20 anos, com 5 anos de carência nos financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), destinados à reforma, ampliação e construção de novos hotéis.

### **4. TURISMO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA**

Em sua extensão territorial multifacetada a Amazônia reúne a maior biodiversidade do Planeta, o que representa uma grande variedade de espécies animais e vegetais e imensa variedade de atrativos naturais; e além da beleza natural, os 9 Estados da Amazônia apresentam uma gastronomia exuberante e um rico patrimônio histórico e cultural, que contribuem para que a Região se converta em um destino turístico diferenciado por sua diversidade e intensidade de contrastes, sabores e cores.

Essas características singulares da Amazônia permitem a diversificação de segmentos e a formatação de produtos turísticos diferenciados e competitivos, que concorrem para o fortalecimento do destino no mercado regional, nacional e internacional, propiciando excelentes oportunidades para o desenvolvimento do turismo sustentável como alternativa para a construção de uma base produtiva mais estruturada e adequada aos ecossistemas amazônicos e capaz de minimizar os impactos ambientais e sociais e, ao mesmo tempo, gerar emprego e renda na Região.

Não obstante o grande potencial para o desenvolvimento do turismo na Amazônia, a Região ainda apresenta muitas necessidades a serem atendidas para que esse potencial possa ser transformado em produtos turísticos diversificados, com qualidade internacional e efetivamente geradores de emprego e renda para os amazônidas.

O atendimento das necessidades inerentes ao desenvolvimento do turismo sustentável na Amazônia depende, fundamentalmente, da superação dos seguintes fatores:

- **Produtos, Serviços e Destinos:** fragilidade na gestão para interligação dos recursos naturais e culturais; pouca diversidade de produtos e serviços formatados; deficiência na gestão empresarial; baixo nível de qualificação, plano integrado e visão empreendedora do *trade* turístico; alto índice de informalidade na realização

da atividade; carência de empreendedores para a realização do turismo receptivo; inexpressividade na promoção dos destinos turísticos; deficiência na promoção e comercialização dos produtos turísticos nas esferas regional, nacional e internacional; orçamentos públicos insuficientes dificultando as ações de promoção e divulgação do turismo; dificuldades na realização de turismo receptivo em consequência das deficiências apresentadas pelos Estados; incipiência das análises de mercado; falta de um sistema único de informações turísticas nos Estados da Amazônia; e deficiente sistema de mensuração do número de turistas que entram na Região.

- **Articulação e comprometimento:** baixo nível de organização das cooperativas e associações; poucas iniciativas empreendedoras, principalmente no interior dos Estados; pouca divulgação e limitação de exposição dos pacotes turísticos da Região nas “prateleiras” por parte das agências nacionais e internacionais; fraca participação das operadoras especializadas na comercialização dos destinos regionais; carência de estratégias para firmar acordos com operadoras turísticas nacionais e internacionais; e dificuldades para articulação e integração entre os setores públicos e privados.

- **Sensibilização, esclarecimento e informação:** desinformação das populações tradicionais, quilombolas e indígenas quanto à importância da atividade turística; poucas ações de esclarecimento sobre o papel da iniciativa privada e do governo; pouco comprometimento das administrações municipais para com a atividade turística; baixo nível de sensibilidade dos tomadores de decisão; e desconhecimento dos destinos pelas operadoras de turismo.

- **Transportes:** carência de aeroportos, portos e terminais flúvio-turísticos; deficiente ordenamento da logística aérea, fluvial e marítima; alto custo dos vôos, dos transportes turísticos, bem como das taxas aeroportuárias; e dificuldade de acesso.

- **Recursos para investimento:** desconhecimento das ofertas de recursos e do processo de habilitação ao crédito para apoio à promoção do turismo e viabilidade das marcas; carência de recursos para investir na melhoria da infraestrutura básica e turística existente; deficiente rede bancária; elevada burocracia nos procedimentos de concessão de financiamentos para o segmento; carência de orientação técnica para acesso ao crédito; carência de linhas de financiamento que atendam às especialidades de cada segmento turístico e que facilitem o acesso ao crédito para os micro empreendedores; necessidade de titulação de terras no Estado para servir de garantia aos empreendimentos no tocante a financiamentos; pouca divulgação das Agências de Fomento para o incentivo de novos empreendimentos; e falta de estratégias para captação de novos investidores para o setor turístico na Região.

- **Equipamentos:** carência de meios de hospedagem na categoria econômica; alto custo da hotelaria na grande maioria dos destinos; falta de equipamentos turísticos adequados; e falta de um sistema único de informações turísticas.

- **Infraestrutura urbana e turística:** deficiente saneamento básico em alguns destinos; insuficiência de infraestrutura adequada; destinos e atrativos turísticos carentes de infraestrutura; e inexistência de sinalização turística em algumas localidades e deficiência em outras.

- **Qualificação:** incompatibilidade da qualificação de recursos humanos com o crescimento do mercado; deficiência na oferta de mão-de-obra qualificada; aplicação inadequada das metodologias de trabalho quanto às especificidades do turismo regional relativamente às consultorias externas; e baixo nível de qualificação profissional dos prestadores de serviço para o turismo.

## 5. AÇÕES ESTRATÉGICAS E PRIORIDADES DO BANCO DA AMAZÔNIA NO ÂMBITO DO TURISMO REGIONAL

O Banco da Amazônia atua com o firme propósito de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Nesse sentido, suas estratégias induzem e apóiam iniciativas empreendedoras que visem a utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade e de modo a reduzir as desigualdades intra e inter-regionais.

Desse modo, as ações estratégicas do Banco da Amazônia para impulsionar as atividades de turismo na Região estão voltadas para:

- Apoiar às metas e aos 8 macro-programas definidos no Plano Nacional de Turismo (PNT);
- Fortalecer as alianças institucionais com o *trade* turístico dos Estados;
- Identificar as oportunidades de negócios sustentáveis;
- Atender prioritariamente os empreendimentos de micro e pequenas empresas;
- Estruturar e/ou impulsionar os aglomerados econômicos, os arranjos produtivos locais e adensar as cadeias produtivas; e
- Incentivar os empreendimentos caracterizados como ecossistemas de negócios conscientes e outras iniciativas que se alinharem à lógica do empreendedorismo consciente.

Sob essa perspectiva, as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia aos empreendimentos turísticos regionais em 2010 serão aquelas que estejam relacionadas aos (às):

- **Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional e Roteiros Turísticos traçados pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil:** Trabalhando em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT) e buscando integrar-se ao processo de planejamento que vem sendo desenvolvido para o fortalecimento e dinamização da atividade turística na Região Amazônica, o Banco da Amazônia considera como estratégia de intervenção na atividade turística os Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional traçados pelo Programa de Regionalização do Turismo para a Região.

O Banco da Amazônia acredita em uma participação significativa no fortalecimento desses Destinos Indutores, através do aporte de recursos em infraestrutura e empreendimentos que venham contribuir para que referidos destinos possam alcançar os seus objetivos e, ao mesmo tempo, propagar e multiplicar suas experiências de modo a influenciar outros destinos e roteiros turísticos.

- **Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo traçados pelo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR):** Diante da diversidade natural e cultural existente na Amazônia é latente a vocação da Região para o desenvolvimento do ecoturismo. Por tratar-se de um segmento que procura utilizar de forma sustentável os recursos naturais, incentivando sua preservação e/ou conservação, através de uma consciência ambiental e preocupação com o bem-estar das populações envolvidas, o ecoturismo se reveste de elevada significância como alternativa para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis na Região.

Dessa forma, o Banco da Amazônia direciona suas ações de fomento na Região, priorizando o ecoturismo como alternativa sustentável para o desenvolvimento do turismo e com base nas estratégias contempladas na Política de Ecoturismo da Amazônia Legal, desenvolvida pelo Grupo Técnico de Coordenação do Programa e da Política de Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC) e implementada por meio do PROECOTUR, relativamente aos Estados que tem ações do Programa previstas para o exercício de 2010.

- **Políticas Estaduais para o Desenvolvimento da Atividade Turística na Amazônia:** No seu compromisso de incentivar o desenvolvimento do turismo regional, o Banco da Amazônia considera, também, as prioridades definidas nas Políticas Estaduais para o desenvolvimento da atividade turística. Alguns dos pólos definidos pelas Políticas Estaduais são os mesmos definidos no âmbito do PROECOTUR.

A definição dos pólos de desenvolvimento permite uma concentração de esforços para o desenvolvimento do turismo, com foco nas prioridades dos Estados. Assim, ao orientar suas ações de incentivo ao turismo regional, o Banco da Amazônia leva em consideração a potencialidade e as necessidades dos municípios que compõem os pólos de desenvolvimento do turismo traçados por cada Estado da Região Amazônica.

## 6. APOIO DO BANCO DA AMAZÔNIA ÀS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE TURISMO DESENVOLVIDOS NOS ESTADOS DA REGIÃO

### 6.1 ESTADO DO ACRE

Com vistas a potencializar o turismo, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer tem priorizado ao longo dos anos, ações voltadas para: o desenvolvimento do turismo de eventos; a atuação integrada com outros estados e países; a criação de infraestrutura logística; a capacitação de operadores do *trade* e funcionários do governo estadual; a produção de material promocional; a implantação de sinalização turística; e a implantação de Centros de Atendimento a Turistas (CAT's). Os **Pólos definidos na Política Estadual de Turismo do Acre** são: Vale do Rio Acre (Rotas Caminhos do Pacífico, Caminhos da Revolução e Caminhos Chico Mendes) e Pólo Vale do Juruá.

O **Destino Indutor de Desenvolvimento Turístico definido pelo Programa de Regionalização** foi Rio Branco. O **Roteiro Prioritário** foi o “Caminhos do Pacífico”, que abrange os municípios de Rio Branco, Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, além de Cobija, Puerto Maldonato e Cusco no Peru.

### 6.2 ESTADO DO AMAPÁ

No Amapá, as ações que vem sendo priorizadas pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado do Turismo, compreendem: integração com outros países; criação do Programa de Qualificação, formatado em parceria com a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo; capacitação de gestores e técnicos de turismo; sensibilização nas escolas e implantação da disciplina “Turismo e Meio Ambiente” como obrigatória; incentivo à formação de jovens na conservação ambiental; construção de estradas para o interior e melhoria do acesso à BR 156; construção de um novo aeroporto; implantação do projeto de sinalização turística; Festival do Meio do Mundo que integra os municípios do Estado; e “Projeto Orla” com ampliação da área de cobertura. Os **Pólos definidos na Política Estadual de Turismo do Amapá** são: Pólos Castanhais, Tumucumaque, Pororoca, Extremo Norte e Meio do Mundo.

O **Destino Indutor de Desenvolvimento Turístico definido pelo Programa de Regionalização** foi Macapá. O **Roteiro Prioritário** foi “Amazônia no Meio do Mundo”, que contempla os municípios de Macapá, Santana, Porto Grande, Ferreira Gomes e Mazagão.

### 6.3 ESTADO DO AMAZONAS

As ações que estão sendo trabalhadas pelo Governo do Estado por meio da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR) e as prioridades em 2010 para o desenvolvimento do turismo no Estado do Amazonas são: atração de investimentos para maximização dos benefícios sociais e econômicos do turismo; aumento da interação entre os setores público, privado e terceiro setor para atingir a sustentabilidade do turismo; gestão estratégica do turismo no Estado visando descentralizar ações e otimizar recursos; parcerias para adequação das infraestruturas básica e turística dos destinos; capacitação da mão-de-obra que atua no turismo; estruturação de produtos turísticos temáticos, inusitados competitivos e qualificados; e promoção dos produtos turísticos nos principais mercados emissores e em diferentes nichos de mercado.

Ademais, o planejamento de ações previstas para o ano de 2010, compreende:

#### Vistorias/Visitas:

- Vistoria nos Meios de Hospedagem e realização de Seminário para capacitação em Boletim de Ocupação (BOH) e Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) em Presidente Figueiredo, Manacapuru, Novo Airão, Barcelos e Iranduba;
- Vistoria nos Meios de Hospedagem e controle de qualidade dos serviços durante no Festival Folclórico em Parintins;
- Vistoria nos Hotéis de Selva em Manaus e Iranduba, Vistorias nos Meios de Hospedagem e Seminário de BOH e FNRH em Rio Preto da Eva;
- Vistoria nos Alojamentos de Floresta do Careiro e Autazes.

### **Pesquisas:**

- Pesquisa na Temporada 2010 de Cruzeiros Marítimos;
- Pesquisa Socioeconômica na Festa do Cupuaçu;
- Pesquisa Socioeconômica no Festival Folclórico de Parintins.

### **Eventos (Encontros/Reuniões/Oficinas):**

- Encontro Nacional de Coordenadores Regionais;
- Jornada/seminário de Qualificação dos Serviços Turísticos em Manaus
- Reunião do Projeto Rede de Cooperação Técnica para Roteirização;
- Reunião sobre APL;
- Participação em Reuniões de Conselhos de Unidades de Conservação;
- Oficina de Sensibilização para o Turismo em Terras Indígenas;
- Visita da FGV nos Municípios Indutores – Projeto Destinos Indutores;
- Participação no Salão Brasileiro do Turismo;
- Fiscalização Integrada da Pesca Esportiva.

### **Acompanhamentos:**

- Acompanhamento do Projeto Artesanato Sustentável;
- Acompanhamento do Projeto Qualificação em Idiomas e Gestão Turística em Comunidades – Com. Ubim;
- Instalação e Acompanhamento das Ações das Instâncias de Governança dos Pólos da região Metropolitana e dos Destinos Indutores;
- Acompanhamento do Projeto Projovem;
- Acompanhamento do Projeto Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) no Estado do Amazonas.

### **Infraestrutura:**

- Infraestrutura e Gestão Visita Técnica a Sítios Arqueológicos;
- Sinalização Turística nos Municípios de Presidente Figueiredo, Manacapuru, Novo Airão, Iranduba e Barcelos; Construção de seis estações climatizada, voltada para o serviço City Tour na cidade de Manaus;
- Construção de um mini-centro de atendimento ao turista de Acajatuba, Janauary e Paricatuba no Município de Iranduba;
- Construção de um Centro Receptivo Fluvial nos Municípios de Careiro e Borba;
- Revitalização do Centro de Atendimento ao Turista – CAT Tapajós.
- Implantação do Projeto Caminhos do Futuro nos Municípios;
- Diagnóstico do Turismo Rural na Agricultura Familiar no Amazonas (TRAF);
- Oficina de Sensibilização do TRAF;
- Visita Técnica do GT Turismo em Unidades de Conservação (UCs);
- Mapeamento do Roteiro Turístico das Unidades Produtivas dos Municípios do TRAF/Amazonas – Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Manaus;
- Qualificação de Idiomas – II Etapa, visando a Copa de 2014.

Os **Pólos definidos na Política Estadual de Turismo do Amazonas** são: Amazonas, Saterê e Alto Solimões.

Os **Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico definidos pelo Programa de Regionalização** foram: Barcelos, Manaus e Parintins. Os **Roteiros Prioritários** foram “Boi-Bumbá”, composto pelos municípios de Manaus, Parintins e Maués; “Mamirauá”, constituído pelos municípios de Manaus e Tefé; e “Tucunaré”, formado pelos municípios de Manaus e Barcelos.

O Amazonas selecionou 14 municípios para compor seu **Pólo Ecoturístico do PROECOTUR**. Além de Manaus, fazem parte do Pólo os municípios de Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

## 6.4 ESTADO DO MARANHÃO

Dentre as ações que o Governo do Estado por meio da Secretaria de Turismo vem trabalhando destacam-se: desenvolvimento do turismo de eventos; capacitações específicas em turismo; integração do sistema de transporte; saneamento ambiental; estruturação de roteiros turísticos; incentivo ao crescimento da hotelaria; obras aeroportuárias e rodoviárias; análises mercadológicas; e reordenamento da paisagem urbana. Os **Pólos definidos na Política Estadual de Turismo do Maranhão** são: São Luís, Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Parque Delta das Américas, Chapada das Mesas e Floresta dos Guarás.

Ademais, o Estado do Maranhão tem seu foco voltado nas seguintes ações:

- **Pesquisa do Perfil da Demanda Turística:** municípios de Imperatriz, Carolina, Tutóia, Barreirinhas e São Luís.
- **Turismo Legal:** municípios de Cururupu, Raposa, Santo Amaro, Morros, Rosário, Tutóia, Riachão, Caxias, Viana e Arari.
- **Projeto Caminhos do Futuro:** municípios de Carolina, Cururupu, Apicum-Açu, Tutóia, Barreirinhas, Santo Amaro, Riachão e Paulino Neves.
- **Regionalização do Turismo:** municípios de São Luís, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Santo Amaro, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, Araisos, Água Doce, Cedral, Cururupu, Guimarães, Apicum-Açu, Mirinzal, Godofredo Viana, Carutapera, Porto Rico do Maranhão, Turiçu, Bacuri, Luis Domingues, Serrano do Maranhão e Cândido Mendes, Imperatriz, Carolina, Riachão, Estreito, Porto Franco, Formosa da Serra Negra, São João do Paraíso, Tasso Fragoso e Balsas.
- **Inventário Turístico:** municípios de Carolina, São Luís, Barreirinhas, Cururupu e Tutóia.
- **Levantamento das Potencialidades Turísticas:** municípios de Amarante, Itinga, Vila Nova dos Martírios, Governador Edison Lobão, João Lisboa e Grajaú.
- **Projeto Rio Anil:** município de São Luís.
- **Sinalização Turística:** municípios de São Luís, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Santo Amaro, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, Araisos e Água Doce.
- **Turismo Sustentável e Infância:** municípios de São Luís, Alcântara, Imperatriz, Carolina, Riachão, Barreirinhas, Luis Domingues, Cândido Mendes, Amarante, Vila Nova dos Martírios, Mirinzal, Carutapera.

Os **Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico definidos pelo Programa de Regionalização** foram Barreirinhas e São Luís. Os **Roteiros Prioritários** foram “Chapada das Mesas”, integrado pelos municípios de Carolina, Riachão e Imperatriz; “Lençóis Maranhenses”, composto pelos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, Paulino Neves e Tutóia; e “São Luís Cultural”, formado pelos municípios de Alcântara, São Luiz, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

## 6.5 ESTADO DO MATO GROSSO

As ações que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo contemplam: regionalização do turismo em parceria com o Governo Federal; formatação de produtos turísticos; fortalecimento das instâncias de governança nos pólos turísticos Pantanal, Amazônia, Cerrado e Araguaia; formatação de roteiros integrados; inventariação da oferta turística; Campeonato Estadual de Pesca; Caminhadas da Natureza; cadastramento das empresas de serviços turísticos; e captação de recursos para cursos de qualificação. Os **Pólos definidos na Política Estadual de Turismo do Mato Grosso** foram: Serrado, Amazônia, Araguaia e Pantanal.

Os **Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico definidos pelo Programa de Regionalização** foram Cáceres e Cuiabá e os **Roteiros Prioritários** são: “Pantanal à Amazônia”, formado pelos municípios Cuiabá, Várzea Grande, São José do Rio Claro, Diamantino, Cáceres, Nobres, Chapada dos Guimarães, Poconé, Campo Grande, Jaciara, Juscimeira, Dom Aquino, Rondonópolis, Barra do Garças, Alta Floresta, Paranaíta e Novo Mundo; “Travessia do Pantanal”, integrado pelos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Poconé e Cáceres; e “Turismo Tecnológico”, composto pelos municípios de Campo Verde e Dom Aquino.

Os **Pólos definidos pelo PROECOTUR** no Mato Grosso são: o Pólo do Norte Mato-Grossense, que tem Alta Floresta como portão de entrada e envolve outros dez municípios da região; e o Pólo do Guaporé Mato-Grossense, próximo ao rio Guaporé e ao Pantanal, que tem o município de Cáceres como principal acesso ao ecoturismo na região.

## 6.6 ESTADO DO PARÁ

O Governo do Estado através da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) vem priorizando ações para o desenvolvimento do turismo que envolvem: articulação e integração interinstitucional, de onde se originou em 2008 o “Programa Viva-O-Pará”, criado em parceria com o Banco da Amazônia com a finalidade de incrementar o turismo interno no Estado, a partir de ações que incentivem o aumento do fluxo turístico nos municípios paraenses<sup>1</sup> nos períodos de baixa temporada; planejamento e formatação de produtos turísticos; fomento aos arranjos produtivos locais; melhoria da infraestrutura; regulamentação, capacitação e padronização segundo critérios de qualidade nacional e internacional; marketing e comercialização; e os segmentos de turismo de pesca, negócios e eventos, ecoturismo, turismo cultural e rural. Os Pólos definidos na Política Estadual de Turismo do Pará foram: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Xingu, Araguaia Tocantins e Tapajós.

Em 2010 a política de turismo do Estado do Pará objetiva trabalhar 5 segmentos estratégicos:

- **Turismo de Negócios e Eventos:** articulação e integração dos diversos atores envolvidos no setor de negócios e eventos e planejamento e gestão de espaços e equipamentos para o segmento de negócios e eventos.
- **Turismo Cultural:** articulação e integração político-institucional da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) com os demais organismos públicos estaduais e municipais da área cultural e a comunidade; planejamento e formatação de produtos para o turismo cultural e dotação de infraestrutura de apoio ao turismo cultural.
- **Ecoturismo:** consolidação de diretrizes e políticas públicas para ecoturismo; capacitação e qualificação das comunidades para o desenvolvimento das atividades de ecoturismo; melhoria da infraestrutura de apoio ao ecoturismo; estruturação de arranjo produtivo do ecoturismo e implantação de programas e projetos de ecoturismo em áreas protegidas.
- **Turismo de Pesca:** adequação e estabelecimento de normas, critérios e procedimentos técnicos e legais que orientam e estimulam a pesca de forma sustentável; qualificação de mão-de-obra e formatação de produtos de turismo de pesca; adequação e implantação de infraestrutura básica e turística, de forma integrada ao ambiente de entorno e realização de ações interinstitucionais e intersetoriais com foco no segmento.
- **Turismo Rural:** adequação legal, ordenamento e regulamentação da atividade; articulação técnico institucional; envolvimento, informação e capacitação das comunidades rurais e valorização e formatação de produtos para o turismo rural.

Os **Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico definidos pelo Programa de Regionalização** foram Belém e Santarém. Os **Roteiros Prioritários** são: “Belém: Cultura, Fé e Natureza”, realizado na capital Belém; e “Tapajós: Amazônia, Selva e História”, realizado nos municípios de Santarém e Belterra.

## 6.7 ESTADO DE RONDÔNIA

O Governo do Estado por meio da Superintendência Estadual de Turismo tem priorizado ações voltadas para o desenvolvimento do turismo, contemplando: Projeto Caminho das Águas; Projeto Rio Mequéns; Orla do Rio Madeira em Porto Velho; e as oportunidades surgidas com a saída para o Pacífico. Os **Pólos definidos na Política Estadual de Turismo de Rondônia** foram: Porto Velho/Cuniã e Guajará-Mirim.

O **Destino Indutor de Desenvolvimento Turístico definido pelo Programa de Regionalização** foi Porto Velho. O **Roteiro Prioritário** foi “Pesca Esportiva”, desenvolvido nos municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari, Pimenteiras do Oeste e Guaporé.

---

<sup>1</sup> Na primeira fase do Programa “Viva-O-Pará”, os municípios atendidos são: Belém (incluindo Mosqueiro), Altamira, Soure, Salvaterra, Marapanim, Maracanã (Algodoal), Salinópolis, Bragança, Marabá, Tucuruí e Santarém.

## 6.8 ESTADO DE RORAIMA

Entre as ações para o desenvolvimento do turismo que estão sendo trabalhadas pelo Governo do Estado, por meio do Departamento Estadual de Turismo, destacam-se, na infraestrutura: criação e modernização dos centros de informações turísticas e sinalização turística; na qualificação: capacitação para o ecoturismo nas comunidades indígenas, capacitação em turismo de aventura; apoio à realização de eventos além da criação da Marca Roraima; Monte Roraima e Monte Caboraí; desenvolvimento do turismo interno; criação de infraestrutura turística (sinalização); capacitação dos técnicos do Estado e dos municípios com curso de Gestão Pública de Projetos Turísticos e capacitação de agentes públicos; realização de acordo de cooperação técnica com o Estado de Bolívar (Venezuela) para fins de integração de roteiros; atualização do Inventário turístico dos municípios do Estado; e participação em feiras nacionais com vistas à promoção e divulgação do Estado. Os **Pólos definidos na Política Estadual de Turismo de Roraima** foram: Extremo Norte do Brasil (Norte do Estado), Roraima a Savana Amazônica (Região Central do Estado) e Entre Águas e Florestas da Linha do Equador (Sul do Estado).

O **Destino Indutor de Desenvolvimento Turístico definido pelo Programa de Regionalização** foi Boa Vista. Os **Roteiros Prioritários** foram: “Aventuras na Serra do Tepequém”, formado pelos municípios de Boa Vista e Amajari; “Caminhos de Makunaima”, integrado pelos municípios de Boa Vista e Paracaima; e “Roraima, na Fronteira da Aventura e da Cultura”, composto pelos municípios de Boa Vista, Amajari e Paracaima.

## 6.9 ESTADO DO TOCANTINS

As ações que o Governo do Estado, por meio da Agência de Desenvolvimento Turístico, vem desenvolvendo compreendem: melhoria da infraestrutura e serviços básicos; estruturação das Regiões: Palmas, Cantão e Jalapão; estratégias de formatação e comercialização de produtos turísticos; fortalecimento institucional; e gestão ambiental. As **Regiões Turísticas definidas na Política Estadual de Turismo do Tocantins** foram: Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras Gerais, Serras e Lago e Ilha do Bananal.

Como prioridade para 2010, o Estado definiu as seguintes estratégias:

- Multiplicação do Projeto “Caminhos do Futuro” do MTur para capacitação dos professores das escolas estaduais e municipais (reprodução do material didático/pedagógico);
- Adequação dos atrativos turísticos;
- Adequação da infraestrutura na temporada de praia em 52 municípios;
- Apoio à formatação de roteiros turísticos segmentados dentro do Programa de Regionalização do Turismo;
- Realização de pesquisa do perfil da demanda turística;
- Implantação da infraestrutura turística nos parques estaduais do Cantão, Jalapão e Lajeado;
- Inventariação da oferta turística no Estado;
- Realização de estudo da cadeia produtiva do turismo do Estado;
- Realização de pesquisa do perfil da demanda turística e imagem turística;
- Formação e fortalecimento dos conselhos municipais de turismo e fóruns regionais nos pólos;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Tocantins – PDITS;
- Apoio à promoção e à comercialização de Palmas e a região Encantos do Jalapão;
- Cadastramento através do CADASTUR de empresas, empreendimentos e profissionais de turismo e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos;
- Captação de eventos;
- Melhoramento de sinalização turística na rodovia BR-153, Belém/Brasília e vias de entrada do Estado pelas divisas com os estados vizinhos;
- Realização de sinalização turística da Região Encantos do Jalapão e da Região Praias e Lagos do Cantão;
- Realização da temporada de praia 2010 nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Peixe, Caseara, Araguacema, Araguanã e Xambioá, São Sebastião e Buriti;
- Implantação do projeto de qualificação profissional e empresarial para o desenvolvimento do turismo no Estado;
- Realização do circuito de pesca esportiva tocantinense, com 09 (nove) etapas;

- Realização do festival gastronômico;
- Realização de projeto de fomento do ecoturismo de base comunitária no povoado Mumbuca;
- Realização do evento 1º Salão Estadual de Turismo e Cultura;
- Execução das ações previstas no Plano Aquarela – Marketing Internacional, para promoção dos produtos e roteiros turísticos do Estado; e
- Comunicação visual do aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues e do terminal rodoviário de Palmas.

Os **Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico** definidos pelo Programa de Regionalização são Mateiros e Palmas. Os **Roteiros Prioritários** são: “Encantos do Jalapão”, formado pelos municípios de Ponte Alta, Mateiros, São Félix e Novo Acordo; “Serras e Lago”, composto pelos municípios de Palmas, Taquaruçu, Lajeado, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Monte do Carmo; e o roteiro de “Pesca Esportiva” em Formoso do Araguaia, Peixe, Palmas, Lagoa da Confusão e Caseara.

## 7. OBJETIVOS DO PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA

### 7.1 MACRO OBJETIVO

Desenvolver e aperfeiçoar produtos financeiros e serviços bancários adequando-os às especificidades dos empreendimentos e do território, visando alavancar os negócios no setor de turismo e contribuir para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, mantendo alinhamento com as políticas, planos, programas e prioridades de governo.

### 7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elevar a qualidade e a competitividade dos produtos turísticos Amazônicos, apoiando com recursos financeiros os empreendimentos que contribuam para a ampliação e melhoria da infraestrutura, dos equipamentos, dos serviços e da promoção comercial nos mercados regional, nacional e no exterior;
- Promover a divulgação dos procedimentos operacionais de habilitação ao crédito e ao financiamento, em especial para os segmentos de menor tamanho, visando ampliar e melhorar a qualidade dos serviços turísticos ofertados na Amazônia, especialmente para a realização da Copa do Mundo de 2014;
- Induzir e participar das iniciativas de sensibilização, conscientização e de mobilização da sociedade para o turismo sustentável como oportunidade de empreendedorismo consciente na Amazônia;
- Investir na transformação do potencial turístico da Amazônia em produtos turísticos diversificados, de boa qualidade e de elevada competitividade, visando a sua transformação num importante destino turístico do Brasil e do Mundo, inclusive preparado para receber as demandas relativas à realização da Copa do Mundo de 2014 e, posteriormente, àquelas resultantes do impacto positivo que se espera com o evento;
- Contribuir para manter a empregabilidade e gerar novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida das populações locais;
- Despertar a consciência dos agentes governamentais, dos empreendedores e da sociedade civil para a valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), adotando práticas e procedimentos alinhados aos princípios da sustentabilidade;
- Apoiar iniciativas de organização e valorização da sociedade, mantendo a harmonia entre os interesses econômicos, técnicos, científicos e sociais, com o lazer e a realização de eventos, feiras e outras atividades afins; e
- Contribuir para a implantação efetiva de iniciativas para o fomento do turismo.

## 8. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA O TURISMO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O Banco da Amazônia incentiva o turismo regional em bases sustentáveis através das seguintes fontes de financiamento:

### 8.1 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)

Criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o FNO tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte. É operacionalizado através de três programas de financiamento: o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*, o *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-BIODIVERSIDADE)* e o *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável)*, que financia a atividade turística nas seguintes bases e condições operacionais:

#### 8.1.1 Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL)

- **Beneficiários**

Micro, pequenas, médias e grandes empresas, associações e cooperativas organizadas de conformidade com a lei brasileira.

- **Finalidade**

- a) Implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos, cuja viabilização se dará por meio de financiamento a:
  - I) Investimento fixo; e
  - II) Investimento misto: capital de giro associado ao investimento fixo.
- b) Formação ou manutenção de estoques de empreendimentos, consideradas as condições previstas no Plano de Aplicação de Recursos do FNO.

- **Classificação de Porte**

Porte	Receita Operacional Bruta Anual Prevista (em R\$ 1,00)
Micro	Até 240.000
Pequeno	Acima de 240.000 e até 2.400.000
Médio	Acima de 2.400.00 e até 35.000.000
Grande	Acima de 35.000.000

- **Encargos Financeiros**

Porte	Taxa Efetiva de Juros ao Ano
Micro	6,75%
Pequeno	8,25%
Médio	9,50%
Grande	10,00%

*Nota:* Para os mutuários que pagarem a parcela da dívida até a data do respectivo vencimento serão aplicados bônus de adimplência de 15% sobre os encargos financeiros.

- **Limites de Financiamento**

- I) Financiamento total: até a capacidade de pagamento do beneficiário, considerando o comprometimento máximo de 70% das suas disponibilidades;

- II) Investimento misto: a parcela equivalente ao capital de giro é limitada a 35% do investimento total podendo este percentual ser elevado a até 50%, desde que devidamente justificado pela assistência técnica e comprovada a sua necessidade pelo Banco da Amazônia; e
- III) Aquisição de matéria-prima/insumos/bens/produtos: conforme tabela a seguir:

Porte da Empresa	Limite por Cliente (em R\$ 1,00) - Até			
	Municípios de Baixa Renda (PNDR); municípios dos estados do Acre, Amapá e Roraima; municípios da Faixa de Fronteira e municípios que integram as mesorregiões diferenciadas.		Demais Localidades	
	Empresas não Exportadoras	Empresas Exportadoras	Empresas não Exportadoras	Empresas Exportadoras
Micro	160.000	180.000	120.000	135.000
Pequeno	1.330.000	1.500.000	1.000.000	1.125.000
Médio	6.500.000	10.000.000	5.000.000	7.500.000
Grande	10.000.000	20.000.000	7.500.000	15.000.000

- IV) Investimento fixo - os valores dos investimentos fixos estão sujeitos a limites de participação do FNO, observada a tipologia do município local do empreendimento a ser financiado, classificado de acordo com a PNDR, conforme tabela a seguir:

Porte	Participação Máxima no Investimento Fixo (em %)			
	Regiões: Tipologia da PNDR			
	Baixa Renda (1)	Estagnada (2)	Dinâmica (3)	Alta Renda
Micro/Pequeno	100	100	100	100
Médio	95	90	90	85
Grande	90	80	80	70

(1) Inclui apenas a baixa renda estagnada. Limites também aplicáveis aos municípios dos Estados do Acre, Amapá e Roraima, aos municípios localizados nas mesorregiões do Alto Solimões, do Vale do Rio Acre, do Bico do Papagaio e da Chapada das Mangabeiras e aos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte, classificados nas Tipologias "Estagnada e Dinâmica".

(2) Inclui apenas a média renda estagnada. Limites também aplicáveis aos municípios dos Estados do Acre, Amapá e Roraima, aos municípios localizados nas mesorregiões do Alto Solimões, do Vale do Rio Acre, do Bico do Papagaio e da Chapada das Mangabeiras e aos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte, classificados na Tipologia "Alta Renda".

(3) Inclui baixa e média rendas dinâmicas. Limites também aplicáveis aos municípios dos Estados do Acre, Amapá e Roraima, aos municípios localizados nas mesorregiões do Alto Solimões, do Vale do Rio Acre, do Bico do Papagaio e da Chapada das Mangabeiras e aos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Norte, classificados na Tipologia "Alta Renda".

#### • Prazos

Os prazos de financiamento serão dimensionados de acordo com a capacidade de pagamento do beneficiário, atendendo os seguintes critérios:

- I) Prazo de Carência: até 6 meses após a data prevista de entrada em operação comercial do empreendimento a ser realizado com o plano ou projeto a financiar, não podendo ultrapassar a 4 anos; e
- II) Prazo Total:
- investimento fixo ou misto: até 12 anos, incluída a carência, podendo este prazo se estender a até 20 anos, incluída a carência, quando se tratar de financiamento destinado a empreendimentos de infraestrutura; e
  - aquisição de matéria-prima/insumos/bens/produtos: até 24 meses, incluídos até 6 meses de carência.
  - nas operações voltadas para atendimento aos meios de hospedagem, o prazo dos financiamentos pode ser de até 20 anos, incluídos até 5 anos de carência.

#### • Garantias

As usuais do Banco da Amazônia.

## **8.2 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT)**

Destina-se a apoiar às micro e pequenas empresas da cadeia produtiva do setor de turismo, em projetos que proporcionem a geração de emprego e renda e que atuem nos segmentos turísticos definidos, conjuntamente, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Turismo.

### **8.2.1 Linhas de Crédito**

#### **Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) – Turismo Investimento**

- **Beneficiários**

Micro e pequenas empresas da cadeia produtiva do setor de turismo, com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões em projetos que proporcionem a geração de emprego e renda e que atuem nos segmentos turísticos definidos, conjuntamente, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Turismo.

- **Finalidade**

I) Investimento fixo.

II) Capital de giro associado.

- **Encargos Financeiros**

TJLP + 5,33% a.a.

Nota: Nas operações cobertas pelo Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER e pelos demais fundos de avais similares os encargos financeiros serão TJLP + 2,65% a.a.

- **Limites de Financiamento**

I) Investimento fixo de até 100% do valor do projeto.

II) Capital de giro associado de até 40% do total financiado.

Nota: Para faturamento bruto anual de R\$ 3 milhões o teto financiável é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) já incluído o capital de giro associado. Para faturamento bruto anual superior a R\$ 3 milhões e inferior ou igual a R\$ 5 milhões o teto financiável é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) já incluído o capital de giro associado.

- **Prazo**

Até 120 meses, incluindo até 30 meses de carência.

- **Garantias**

Hipoteca, alienação fiduciária, fiança ou aval, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER (limitado a 80% do valor do financiamento).

## **8.3 RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)**

Destina-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação.

### **8.3.1 Linhas de Crédito**

#### **BNDES Automático**

- **Beneficiários**

Micro, pequenas, médias e grandes empresas.

- **Finalidade**

Projetos de investimentos, inclusive a aquisição de máquinas e equipamentos e o capital de giro associado, para implantação, ampliação, recuperação e modernização de empreendimentos.

- **Classificação do Porte**

Porte	Receita Operacional Bruta Anual ou Anualizada (em R\$)	
	Acima de	Até
Micro	-	1.200.000
Pequeno	1.200.000	10.500.000
Médio	10.500.000	60.000.000
Grande	60.000.000	-

- **Encargos Financeiros**

Linhas do produto BNDES Automático	Encargos Financeiros
Micro, pequenas e médias empresas – Aquisição de equipamentos e capital de giro associado (MPME INVESTIMENTO)	TJLP + até 6,9% a.a.
Capacidade Produtiva – Investimento Fixo (CP INVESTIMENTO)	TJLP + até 7,8% a.a.
Capacidade Produtiva – Aquisição de bens de capital (CP BK)	TJLP + até 7,4% a.a.
Capital de Giro Associado (CP GIRO ASSOCIADO)	TJLP + até 9,0% a.a.

- **Prazos**

Até 8 anos, com até 2 anos de carência, e limite de financiamento de até R\$ 10 milhões, independentemente do porte da empresa.

- **Garantias**

Os investimentos serão lastreados por garantias reais prévias de 130 % do valor do financiamento.

### **BNDES Finame**

- **Beneficiários**

Micro, pequenas, médias e grandes empresas.

- **Finalidade**

Compra de máquinas e equipamentos credenciados no BNDES e capital de giro associado (somente para micro, pequenas e médias empresas).

- **Classificação do Porte**

Porte	Receita Operacional Bruta Anual ou Anualizada (em R\$)	
	Acima de	Até
Micro	-	1.200.000
Pequena	1.200.000	10.500.000
Média	10.500.000	60.000.000
Grande	60.000.000	-

- **Encargos Financeiros**

Linhas do produto BNDES Finame	Encargos Financeiros
Micro, Pequenas e Médias Empresas – Aquisição de Bens de Capital e Capital de Giro Associado (MPME BK)	TJLP + até 6,9% a.a.
Bens de Capital – Comercialização – Aquisição de Bens de Capital (BK AQUISIÇÃO)	TJLP + até 7,4% a.a.
Micro, Pequenas e Médias Empresas – Aquisição de Ônibus e Caminhões (MPME ÔNIBUS E CAMINHÕES)	70% TJLP, 30% TJ-462* + até 6,9% a.a.
Bens de Capital Comercialização – Aquisição de Ônibus e Caminhões (MPME ÔNIBUS E CAMINHÕES)	70% TJLP, 30% TJ-462* + até 7,4% a.a.

(\*) TJ-462 – correspondente a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 1% a.a.

- **Prazos**

Até 60 meses, com carência definida em função da capacidade de pagamento do proponente. Nota: Em caso de financiamento a veículos de transporte de passageiros, o prazo poderá se estender até 108 meses, dependendo do tipo de veículo.

- **Garantias**

Alienação fiduciária, hipoteca, fiança, aval e outros tipos de garantias a critério do Banco da Amazônia, sob consulta prévia.

#### **8.4 RECURSOS DA CARTEIRA DE SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DO BANCO DA AMAZÔNIA**

Atende a Pessoas Físicas e Jurídicas através de operações de câmbio e crédito geral de curto prazo.

##### **8.4.1 Linhas de Crédito**

###### **Amazônia Turismo Empresarial**

- **Beneficiários**

Empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas no Ministério do Turismo.

- **Finalidade**

Proporcionar capital de giro para empresas prestadoras de serviços turísticos.

- **Encargos Financeiros**

I) Taxa de juros pré-fixada vigente na data da contratação;

II) Taxa de Abertura de Crédito – TAC: cobrada para cada operação, conforme tabela de tarifas; e

III) IOF na forma regulamentar.

- **Limites de Financiamento**

Margem disponível no teto operacional do cliente.

- **Prazo**

Até 360 dias.

- **Garantias**

Aval e penhor de recebíveis (cheques e notas promissórias).

###### **Amazônia Turismo Pessoal**

- **Beneficiários**

Pessoas físicas em geral.

- **Finalidade**

Incentivar o turismo doméstico na/para a Amazônia.

- **Encargos Financeiros**

I) Taxa de juros pré-fixada vigente na data da contratação; e

II) IOF na forma regulamentar.

- **Limites de Financiamento**

Margem disponível no limite de crédito do cliente, sendo mínimo de R\$ 600,00.

- **Prazo**

Até 36 parcelas.

- **Garantia**

Aval.

### **Amazônia Antecipa Férias**

- **Beneficiários**

Pessoas físicas assalariadas.

- **Finalidade**

Antecipar o adiantamento das férias.

- **Limites de Financiamento**

90% do valor líquido que o cliente receberá como saldo de férias, limitado ao valor máximo de R\$ 6.000,00.

- **Encargos Financeiros**

I) Taxa de juros pré-fixada cobrada antecipadamente (desconto) sobre o valor da nota promissória; e  
II) IOF na forma regulamentar.

- **Prazo**

Máximo de 90 dias.

- **Garantia**

Nota promissória.

### **Amazônia Pós-Férias**

- **Beneficiários**

Pessoas físicas assalariadas.

- **Finalidade**

Atender eventuais necessidades de recursos financeiros.

- **Limites de Financiamento**

Até 100% do adiantamento de férias concedido, comprovado através do contracheque.

- **Encargos Financeiros**

I) Taxa de juros pré-fixada vigente na data da contratação; e  
II) IOF na forma regulamentar.

- **Prazo**

Até 10 parcelas.

- **Garantia**

Carta-compromisso do empregador.

## **8.5 OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO**

Além das fontes de financiamento que apresentam linhas específicas para atendimento ao turismo, existem ainda as fontes que atendem indiretamente ao turismo, através do financiamento de atividades afins, como infraestrutura, agricultura familiar e transporte aquaviário. São elas:

**8.5.1 Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)** – atende, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.

**8.5.2 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)** – destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.

**8.5.3 Fundo da Marinha Mercante (FMM)** – atende a empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo as leis brasileiras, com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).

## 9. METAS DE FINANCIAMENTO PARA O TURISMO EM 2010

Na gestão dos recursos que contemplam a atividade turística no exercício de 2010, o Banco da Amazônia dispõe de até **R\$ 2.767,4 milhões** para atender as demandas dos nove Estados da Amazônia, em empreendimentos turísticos, comércio e prestação de serviços, cultura e infraestrutura. Esses recursos são originários das seguintes fontes: **R\$ 1.133,4 milhões** do FNO, FAT e BNDES; **R\$ 10,0 milhões** do OGU; e **R\$ 1.624,0 milhões** da Carteira de Sustentação Econômica do Banco da Amazônia.

O Banco da Amazônia ainda disponibiliza para toda a Região recursos na ordem de R\$ 1.150,0 milhões, sendo R\$ 1,0 bilhão do FDA para aplicação em projetos infraestruturantes e R\$ 150,0 milhões do FMM para as atividades ligadas à navegação marítima.

O **Quadro 1** apresenta a **Meta Financeira para 2010** para aplicação no turismo, em todos os Estados da Amazônia Legal, considerando as fontes de recursos FNO, FAT e BNDES.

**Quadro 1: Meta Financeira para Turismo em 2010 por Estado e Fonte**

Estados	Fontes				Total
	FNO	FAT	BNDES	Total	
Acre	3,78	0,09	0,29	<b>4,16</b>	
Amapá	4,79	0,04	0,19	<b>5,02</b>	
Amazonas	34,86	0,13	0,29	<b>35,28</b>	
Maranhão	0,00	0,99	1,44	<b>2,43</b>	
Mato Grosso	0,00	0,66	1,44	<b>2,10</b>	
Pará	9,12	0,11	0,48	<b>9,71</b>	
Rondônia	2,55	0,07	0,29	<b>2,91</b>	
Roraima	1,44	0,04	0,19	<b>1,67</b>	
Tocantins	1,77	0,10	0,29	<b>2,16</b>	
<b>Total</b>	<b>58,31*</b>	<b>2,23</b>	<b>4,90</b>	<b>65,44</b>	

(\*) Nota: O valor de R\$ 58,31 milhões, inicialmente previsto para investimento no turismo no exercício de 2010, com recursos do FNO, poderá ser elevado, podendo chegar a R\$ 164,34 milhões, de acordo com o comportamento da demanda.

A **Meta Financeira para 2010** para aplicação no turismo, considerando o porte do empreendedor, é apresentada no **Quadro 2**, onde se constata que mais de 60% dos recursos deverão atender, prioritariamente, aos segmentos de mini/micro e pequenos empreendedores.

**Quadro 2: Meta Financeira para Turismo em 2010 por Estado e Porte**

Estados	Porte				Total
	Mini/Micro	Pequeno	Médio	Grande	
Acre	1,85	0,58	0,87	0,84	<b>4,14</b>
Amapá	2,37	0,67	1,26	0,71	<b>5,01</b>
Amazonas	15,21	6,28	7,89	5,95	<b>35,33</b>
Maranhão	0,58	0,98	0,58	0,29	<b>2,43</b>
Mato Grosso	0,34	0,75	0,43	0,58	<b>2,10</b>
Pará	4,47	1,28	2,16	1,80	<b>9,71</b>
Rondônia	1,29	0,38	0,63	0,60	<b>2,90</b>
Roraima	0,67	0,33	0,42	0,24	<b>1,66</b>
Tocantins	0,91	0,40	0,44	0,41	<b>2,16</b>
<b>Total</b>	<b>27,69</b>	<b>11,65</b>	<b>14,68</b>	<b>11,42</b>	<b>65,44</b>

O **Quadro 3** apresenta a **Meta Financeira para 2010** para aplicação em toda a cadeia turística, bem como, no comércio e serviços, cultura e infraestrutura nos nove Estados da Amazônia, contemplando recursos do FNO, FAT e BNDES.

### Quadro 3: Meta Financeira Global em 2010 por Estado e Atividade

R\$ Milhões

Estados	Atividades				
	Com. Serviço	Cultura	Infraestrutura	Turismo	Total
Acre	86,48	2,04	13,97	4,16	<b>106,65</b>
Amapá	60,77	1,46	13,97	5,02	<b>81,22</b>
Amazonas	224,80	5,54	32,30	35,28	<b>297,92</b>
Maranhão	2,10	0,00	2,88	2,43	<b>7,41</b>
Mato Grosso	2,10	0,00	2,88	2,10	<b>7,08</b>
Pará	140,32	8,75	112,61	9,71	<b>271,39</b>
Rondônia	45,13	4,96	222,01	2,91	<b>275,01</b>
Roraima	7,58	1,45	13,97	1,67	<b>24,67</b>
Tocantins	22,62	4,96	32,31	2,16	<b>62,05</b>
<b>Total</b>	<b>591,90</b>	<b>29,16</b>	<b>446,90</b>	<b>65,44</b>	<b>1.133,40</b>

## 10. RESULTADOS ESPERADOS

Com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, em bases sustentáveis, por meio da valorização das potencialidades locais, o Banco da Amazônia tem suas ações estratégicas voltadas para proporcionar a melhoria das condições econômicas, sociais, culturais e ambientais da população regional, bem como a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Neste contexto de complexidade regional e grandes dificuldades para o desenvolvimento do turismo, relacionadas, entre outros fatores, à infraestrutura ainda deficitária, elevado custo dos produtos e serviços turísticos, insuficiência e fragilidade das informações turísticas e difícil acessibilidade, existe uma gama de necessidades relativas ao desenvolvimento do turismo na Região que foge à governabilidade do Banco da Amazônia.

Dessa forma, para o alcance dos resultados esperados neste Plano, torna-se imprescindível maior integração entre os governos federal, estaduais e municipais; iniciativa privada; sociedade organizada; e comunidades locais, no intuito de agregar esforços através de uma soma coerente de potencialidades de todos os atores comprometidos com a sustentabilidade da atividade turística na Região.

Entre os resultados esperados, decorrentes do fomento ao turismo regional, destacam-se:

- Melhoria da infraestrutura urbana, de acesso e de transporte na Amazônia;
- Estimulo ao desenvolvimento do turismo sustentável na Amazônia;
- Diversificação da economia regional;
- Estimulo ao empreendedorismo consciente;
- Consolidação da Amazônia como destino turístico forte e competitivo, nacional e internacionalmente;
- Geração de empregos e oportunidades de trabalho em toda a cadeia turística;
- Melhoria do bem estar e da qualidade de vida da população amazônica;
- Geração, aumento e distribuição equitativa de renda na economia regional;
- Preservação, conservação e/ou recuperação dos recursos naturais;
- Manutenção e respeito à diversidade cultural; e
- Fortalecimento e consolidação do Banco da Amazônia como agente fomentador do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

# **ANEXOS**

## ANEXO I

### PONTOS DE ATENDIMENTO DO BANCO DA AMAZÔNIA NA REGIÃO AMAZÔNICA

AGÊNCIA	ENDEREÇO	CEP	TELEFONE
<b>ACRE</b>			
1. BRASILÉIA	AV. PREFEITO RONDON MOREIRA, N.º 358, CENTRO	69 932-000	(68) 3546-3499
2. CRUZEIRO DO SUL	AV. BOULEVARD THAUMATURGO, N.º 377, CENTRO	69 980-000	(68) 3322-3470
3. FEIJÓ	PÇA. JOSÉ PEDRO ANTUNES MACIEL, N.º 68, CENTRO	69 960-000	(68) 3463-2405
4. RIO BRANCO	RUA ARLINDO PORTO LEAL, N.º 199, CENTRO	69 908-040	(68) 3216-1000
5. RIO BRANCO METROPOLITANA	AV. CEARÁ, N.º 3556, ABRAHÃO ALAB	69 907-000	(68) 4008-2685
6. SENA MADUREIRA	RUA PADRE EGÍDIO, N.º 188, CENTRO	69 940-000	(68) 3612-2355
7. TARAUAÇA	RUA CORONEL JUVÊNCIO DE MENEZES, N.º 320, CENTRO	69 970-000	(68) 3462-1374
8. XAPURI	RUA CORONEL BRANDÃO, N.º 211, CENTRO	69 330-000	(68) 3542-2241
<b>AMAPÁ</b>			
1. MACAPÁ	AV. COARACY NUNES, N.º 34, CENTRO	68 900-010	(96) 3223-3233
2. SANTANA	RUA ADALVARO CAVALCANTE, N.º 1426, CENTRO	68.925-000	(96) 2101-5555
<b>AMAZONAS</b>			
1. BOCA DO ACRE	RUA CA 02, N.º 260, PLATÔ DO PIQUIÁ.	69 850-000	(97) 3451-2129
2. CARAUARI	RUA CASTELO BRANCO, N.º 266, CENTRO	69 500-000	(97) 3491-1443
3. COARI	RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 81, CENTRO	69 460-000	(97) 3561-2483
4. HUMAITÁ	RUA 5 DE SETEMBRO, N.º 781, CENTRO	69 800-000	(97) 3373-1337
5. ITACOATIARA	RUA CASSIANO SEGUNDO, N.º 235, CENTRO	69 100-000	(92) 3521-3711
6. MANAUS-CENTRO	AV. SENADOR ÁLVARO BOTELHO MAIA, N.º 416, CENTRO	69 025-070	(92) 3622-3847
7. MANAUS-METRO	AV. 7 DE SETEMBRO, N.º 397/409, CENTRO	69 005-140	(92) 2123-3999
8. MAUÉS	AV. DR. PEREIRA BARRETO, N.º 147, CENTRO	69 190-000	(92) 3542-1314
9. PARINTINS	RUA JOÃO DE MELO, N.º 92, CENTRO	69 151-020	(92) 3533-2628
<b>MARANHÃO</b>			
1. AÇAILÂNDIA	RUA BOM JESUS, N.º 290, CENTRO	65930-000	(99) 3538-1030
2. ALTO PARNAÍBA	AV. RIO PARNAÍBA, N.º 870, CENTRO	65810-000	(89) 3569-7288
3. BACABAL	AV. GETULIO VARGAS, N.º 109, CENTRO	65700-000	(99) 3621-7209
4. BALSAS	PRAÇA GETULIO VARGAS, N.º 205, CENTRO	65800-000	(99) 3541-2450
5. CAROLINA	RUA ODOLFO MEDEIROS, N.º 163, CENTRO	65980-000	(99) 3731-1215
6. CAXIAS	RUA AFONSO PENA, N.º 227, CENTRO	65600-060	(99) 3521-3113
7. COROATÁ	PRAÇA DOUTOR JOSÉ SARNEY, N.º 718, CENTRO	65415-000	(99) 3641-1301
8. ESTREITO	AV. TANCREDO NEVES, N.º 1383, CENTRO	65975-000	(99) 3531-6068
9. IMPERATRIZ	AV. GETULIO VARGAS, N.º 404, BEIRA RIO	65900-120	(99) 3523-1722
10. SANTA INÊS	AV. ALEXANDRE COSTA, N.º 888, CENTRO	65300-000	(98) 3653-1217
11. SÃO LUÍS - CENTRO	AV. PEDRO II, N.º 140, CENTRO	65010-450	(98) 3231-5060
12. GUAJAJARAS - SÃO LUÍS	AV. GUAJAJARAS, N.º 30, LOJA 18 - TIRIRICAL	65055-285	(98) 3245-4511
13. PINHEIRO	AV. GETULIO VARGAS N.º 565, CENTRO	65200-000	(98) 3381-1135
<b>MATO GROSSO</b>			
1. BARRA DO GARÇAS	RUA MATOGROSSO N.º643 CENTRO	78600-000	(66) 3401-3044
2. CÁCERES	RUA MARECHAL DEODORO N.º98 CENTRO	78200-000	(65) 3223-1418
3. CUIABÁ	AV. GETULIO VARGAS N.º313 CENTRO	78005-370	(65) 4009-4900
4. GUIRATINGA	PRAÇA HUMBERTO MARCILIO N.º72 CENTRO	78760-000	(66) 3431-1217
5. LUCAS DO RIO VERDE	AV. RIO GRANDE DO SUL 636-E CENTRO	78455-000	(65) 3549-2755
6. RONDONÓPOLIS	AV. AMAZONAS N.º736 CENTRO	78700-050	(66) 3423-1201
7. SINOP	AV. ACÁCIA N.º1940.LOTES 08,09 E 10 QUADRA 31 CENTRO	78550-000	(66) 3531-7080
8. TANGARÁ DA SERRA	AV. BRASIL N.º77-S CENTRO	78300-000	(65) 3326-1216
<b>PARÁ</b>			
1. ABAETETUBA	AV. D. PEDRO II, N.º 270, CENTRO	68 440-000	(91) 3751-1204
2. ALENQUER	TRAV. LAURO SODRÉ, N.º 740, ANINGAL	68 200-000	(93) 3216-3076
3. ALTAMIRA	TV. AGRÁRIO CAVALCANTE, N.º 526, CENTRO	68 371-140	(93) 3515-1072
4. ANANINDEUA-CASTANHEIRA	ROD. BR 316 - KM 02, S/N.º. ATALAIA	67 013-000	(91) 3245-1028
5. ANANINDEUA-CIDADE NOVA	RUA ARTERIAL 18, N.º 632.A, CIDADE NOVA VII, COQUEIRO.	67 140-000	(91) 3263-3000
6. BELÉM-CENTRO	AV. PRESIDENTE VARGAS, N.º 800, CAMPINA	66 017-000	(91) 4008-3888
7. BELÉM-PEDREIRA	AV. PEDRO MIRANDA, N.º 979, PEDREIRA	66 085-000	(91) 3244-5333
8. BELÉM-REDUTO	RUA MUNICIPALIDADE, N.º 487, REDUTO.	66 053-180	(91) 3224-9870
9. BRAGANÇA	AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, N.º 285, CENTRO	68 600-000	(91) 3425-2001
10. CAMETÁ	RUA CORONEL RAIMUNDO LEÃO, N.º 824, CENTRO.	68 400-000	(91) 3781-1234
11. CAPANEMA	AV. BARÃO DE CAPANEMA, N.º 1364, CENTRO	68 700-005	(91) 3462-1529
12. CASTANHAL	AV. BARÃO DO RIO BRANCO, N.º 2612, CENTRO	68 743-050	(91) 3721-1141
13. CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	AV. 7 DE SETEMBRO, N.º 842, CENTRO	68 540-000	(94) 3421-1347
14. ELDORADO DOS CARAJÁS	RUA JACARANDÁ, S/N BAIRRO NOVO	68 524 000	(94) 3315-1278
15. ICOARACI	RUA MANOEL BARATA, N.º 660, DISTRITO DE ICOARACI, CENTRO.	68 810-100	(91) 3227-2516
16. IGARAPÉ-MIRI	TV. QUINTINO BOCAIUVA, N.º 227 CENTRO.	68 430-000	(91) 3755-1226
17. ITAITUBA	TRAV. 15 DE AGOSTO, N.º 149, CENTRO	68 180-610	(93) 3518-1117
18. MARABÁ	FOLHA CSI-31, VCI-1, LOTES 53/57, NOVA MARABÁ.	68 508-970	(94) 3322-1643

19. MONTE ALEGRE	PÇA. TIRADENTES, S/N.º, CIDADE BAIXA.	68 220-000	(93) 3533-1229
20. NOVO PROGRESSO	RUA JAMANXIM, N.º 192, RUI PIRES DE LIMA.	68 193-000	(93) 3528-1147
21. NOVO REPARTIMENTO	RUA ARARA, Nº 200, UIRAPURU.	68 473-000	(94) 3785-0122
22. ÓBIDOS	RUA SIQUEIRA CAMPOS, N.º 177, CENTRO	68 250-000	(93) 3547-1241
23. PACAJÁ	AV. TRANZAMAZÔNICA, Nº 317, TOZZETI	68 485-000	(91) 3798-1112
24. PARAGOMINAS	PÇA. CÉLIO MIRANDA, N.º 350 CENTRO.	68 625-050	(91) 3216-3313
25. PARAUAPEBAS/CARAJÁS	RUA DO COMÉRCIO, N.º 44, RIO VERDE, PARAUAPEBAS	68 515-000	(94) 3356-1188
26. REDENÇÃO	AV. BRASIL, N.º 349, LOTE 5, QD - 35, NÚCLEO URBANO, CENTRO	68 550-005	(94) 3216-3699
27. RONDON DO PARÁ	RUA GONÇALVES DIAS S/Nº - CENTRO	68.638-000	(94) 3326-2494
28. RURÓPOLIS	AV. PRESIDENTE MÉDICI, N.º 484, CENTRO	68 165-000	(93) 3543-1109
29. SANTARÉM	PÇA. BARÃO DE SANTARÉM, N.º 75, CENTRO	68 005-530	(93) 3522-2487
30. SÃO FÉLIX DO XINGU	AV. GOIÁS, N.º 1359, CENTRO	68 380-000	(94) 3435-1248
31. SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	AV. TANCREDO NEVES, N.º 1676, PERPÉTUO SOCORRO	68 660-000	(91) 3446-1367
32. SOURE	QUARTA RUA, N.º 1467, CENTRO	68 870-000	(91) 3741-1346
33. TAILÂNDIA	TV. SÃO FÉLIX, S/N.º, CENTRO	68 695-000	(91) 3752-3314
34. TOMÉ-AÇU	ROD. DIONÍSIO BENTES, N.º 143, QUATRO BOCAS, CENTRO	68 682-000	(91) 3216-3138
35. TUCUMÃ	AV. PARÁ S/Nº ESQUINA COM AVENIDA BRASIL - CENTRO	66.385-000	(94) 3433-9530
36. TUCURUÍ	RUA LAURO SODRÉ, N.º 636, SÃO JOSÉ	68 456-000	(94) 3787-1485
37. URURARÁ	AV. ÂNGELO DE BIASI, N.º 69, CENTRO	68 140-000	(93) 3532-2933
<b>RONDÔNIA</b>			
1. ARIQUEMES	TV. RIO MADEIRA, Nº. 3610, ST. INSTITUCIONAL	78 932-000	(69) 3535-5522
2. BURITIS	AV. PORTO VELHO, Nº. 1579, SETOR 03	78 967-800	(69) 3238-2160
3. CACOAL	AV. PORTO VELHO, Nº. 2386 CENTRO	78 976-030	(69) 3441-2521
4. GUAJARÁ-MIRIM	AV. PRESIDENTE DUTRA, N.º 381, CENTRO	78 957-000	(69) 3541-3621
5. JI-PARANÁ	AV. MARECHAL RONDON, N.º 352, CENTRO	78 961-390	(69) 3422-2628
6. PORTO VELHO	AV. PRESIDENTE DUTRA, N.º 2853, CENTRO	78 900-550	(69) 3224-1186
7. ROLIM DE MOURA	AV. 25 DE AGOSTO, N.º 4803, CENTRO	78 987-000	(69) 3449-2417
8. VILHENA	AV. MAJOR AMARANTES, N.º 3050, CENTRO	78 995-000	(69) 3322-3850
<b>RORAIMA</b>			
1. BOA VISTA	PÇA. CENTRO CÍVICO JOAQUIM NABUCO, N.º 106, CENTRO	69 301-380	(95) 3623-2398
2. CARACARÁI	RUA D-V, QD. IV, MÓDULO VI, S/N.º, SANTA LUZIA	69 360-000	(95) 3532-1384
<b>TOCANTINS</b>			
1. ARAGUAÍNA	AV. CÔNEGO JOÃO LIMA, N.º 1846, SETOR CENTRAL	77 804-010	(63) 3414-3031
2. ARAGUATINS	RUA SIQUEIRA CAMPOS Nº966 CENTRO	77950-000	(63) 3474-2867
3. COLINAS DO TOCANTINS	AV. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, N.º 515, CENTRO	77 760-000	(63) 3476-4541
4. DIANÓPOLIS	PÇA. CORONEL ABÍLIO WOLNEY, N.º 103, CENTRO	77 300-000	(63) 3692-1375
5. GUARÁI	AV. BERNARDO SAYÃO, N.º 2192, CENTRO	77 700-000	(63) 3464-1007
6. GURUPI	AV. MATO GROSSO, N.º 1417, QD. 10, LOTE 01, CENTRO.	77 403-020	(63) 3312-4700
7. MIRACEMA DO TOCANTINS	AV. TOCANTINS, N.º 509, CENTRO	77 650-000	(63) 3366-1737
8. MIRANORTE	AV. BERNADO SAYÃO S/N QUADRA 03 LOTE 04 CENTRO	77660-000	(63) 3355-2498
9. NATIVIDADE	PÇA. SENADOR LEOPOLDO DE BULHÕES, N.º 30, CENTRO	77 370-000	(63) 3372-1162
10. PALMAS	103 NORTE, AV. JK, N.º 139, CENTRO	77 001-014	(63) 3215-1121
11. PARAÍSO DO TOCANTINS	RUA TUPINAMBÁS, N.º 166, SETOR INTERLAGOS	77 600-000	(63) 3602-4200
12. PEDRO AFONSO	RUA CONSTÂNCIO GOMES, N.º 764, CENTRO	77 710-000	(63) 3466-1212
13. PORTO NACIONAL	AV. PRESIDENTE KENNEDY, N.º 795, CENTRO	77 500-000	(63) 3363-1101
14. TOCANTINÓPOLIS	RUA 21 DE ABRIL, N.º 337, CENTRO.	77 900-000	(63) 3471-2100
<b>POSTO AVANÇADO</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>CEP</b>	<b>TELEFONE</b>
<b>MARANHÃO</b>			
1. VITÓRIA DO MEARIM	PRAÇA CÔNEGO ELIÚDE NUNES AROUCHE S/N.º	68 585-000	(94) 3344-3579
<b>PARÁ</b>			
1. NOVA IPIXUNA	TV. PURAQUEQUARA, N.º 01, CENTRO	68 585-000	(94) 3344-3579
2. PLACAS	AV GETÚLIO VARGAS S/N	68 138-000	(93) 3552-1356
<b>RONDÔNIA</b>			
1. CUJUBIM	AV. CUJUBIM, LOTES 1 E 3, QD. I, CENTRO.	78 945-800	(69) 3582-2914
<b>TOCANTINS</b>			
1. ALMAS	AV. SÃO SEBASTIÃO, N.º 46, CENTRO	77 310-000	(63) 3373-1303

## ANEXO II

### PROGRAMA AMAZÔNIA MAIS CULTURA

#### 1. O PROGRAMA MAIS CULTURA DO GOVERNO FEDERAL

Instituído por meio do Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, o **Programa Mais Cultura do Governo Federal**, prevê investimentos de cerca de R\$ 4,7 bilhões na cultura brasileira até 2010. A iniciativa tem mobilizado esforços não só do Ministério da Cultura (MinC), mas de todo o conjunto do Governo Federal, além dos diversos estados e municípios brasileiros, visando garantir mais acesso e condições para que a diversidade cultural brasileira possa se manifestar de forma plena.

Trata-se de um programa sem precedentes na história do País, não só pela abrangência e pelo envolvimento nacional das diversas esferas de governo e da sociedade, mas também porque coloca a cultura em um novo patamar, como prioridade para o desenvolvimento brasileiro.

O Programa Mais Cultura baseia-se num amplo diagnóstico produzido pelo MinC em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo mostra que 87% dos brasileiros nunca foram ao cinema, 92% nunca foram aos museus, 78% nunca assistiram a espetáculos de dança. Os dados também indicam que a população de baixa renda sacrifica cerca de 4% de seus orçamentos mensais para a cultura, o mesmo percentual destinado pelos ricos.

Para enfrentar esta realidade, o Programa Mais Cultura atua em três dimensões. A primeira é a garantia do acesso. Ter acesso aos serviços culturais, à produção cultural brasileira e às condições para a livre manifestação. A segunda é trabalhar para que as atividades culturais possam contribuir para melhorar o ambiente social do País e a qualidade de vida da população. Já a terceira dimensão trata da economia cultural, que hoje é o setor que mais gera emprego e renda no mundo.

#### 2. O PROGRAMA “AMAZÔNIA MAIS CULTURA” DO BANCO DA AMAZÔNIA

O **Programa “Amazônia Mais Cultura”** foi lançado em abril de 2008 como resultado da assinatura de um Protocolo de Intenções entre a União, representada pelo MinC, e o Banco da Amazônia, com o objetivo de envidar esforços e realizar ações conjuntas em prol do fortalecimento do setor cultural. Neste sentido, o Programa visa integrar recursos, experiências acumuladas e competências institucionais, para viabilizar ações que promovam o fortalecimento da área cultural de forma a ampliar sua contribuição como fator de desenvolvimento socioeconômico no País e, em especial, na Amazônia.

Dentre as incumbências do Banco da Amazônia relativas ao Programa, cabe a execução de atividades identificadas como estratégicas para a promoção da Economia da Cultura, a adequação de produtos e serviços oferecidos às necessidades do mercado cultural e o aprimoramento da atuação no financiamento dos segmentos culturais, disponibilizando linhas de crédito.

Os objetivos do Programa Amazônia Mais Cultura são:

- Ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
- Qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
- Gerar oportunidade de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas, médias e grandes empresas e empreendimentos da economia solidária que atuam no mercado cultural brasileiro.

##### 2.1 A PROPOSTA DO PROGRAMA AMAZÔNIA MAIS CULTURA

Em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos, e alinhado às estratégias do Banco da Amazônia de atuar focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a rede de agências, o Programa de Ação “Amazônia Mais Cultura” se propõe a ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica.

Assim, o “Amazônia Mais Cultura” disponibiliza diversas linhas de crédito; contempladas com recursos do FNO, FAT, BNDES, além de recursos próprios do Banco da Amazônia que, no conjunto, possibilitarão que os projetos culturais tornem-se realidade e contribuam para o fortalecimento da cultura regional.

## **2.2 BASES E CONDIÇÕES OPERACIONAIS DO FNO AMAZÔNIA MAIS CULTURA**

### **• Objetivo**

Apoiar o desenvolvimento da economia da cultura da Região Norte, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades do setor cultural, integrando e induzindo a produção, circulação e comercialização de produtos culturais, contribuindo para a geração de emprego e renda na região.

### **• Beneficiários**

Empresas privadas (empresários registrados na junta comercial e pessoas jurídicas), as quais desenvolvam atividades do setor cultural, segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE, conforme tabela abaixo:

Atividades Contempladas:

- Produtoras de espetáculos de artes cênicas (teatro, ópera, dança, circo e mímica);
- Produtoras de espetáculos de música;
- Produtoras, gravadoras, editoras e distribuidoras de discos (CDs, DVDs) e outras mídias;
- Produtoras de audiovisual (cinema, vídeo, rádio e televisão);
- Produtoras de artes visuais (a exemplo de artes plásticas, fotografia, gravura);
- Editoras de livros e outras publicações (a exemplo de cordéis, guias, partituras musicais e catálogos culturais), excluindo-se jornais e revistas;
- Salas de exibição, casas de espetáculos, teatros, galerias de arte;
- Museus;
- Comerciantes atacadistas e varejistas de produtos culturais (livros, jornais, revistas, discos, publicações, imagens e em outras mídias), exceto Bancas de Revistas, Bibliotecas, Centros Culturais;
- Fabricantes de instrumentos e acessórios musicais; e
- Escolas de artes cênicas, de música, de audiovisual, de artes visuais, de literatura e de restauração de patrimônio histórico.

### **• Finalidade**

Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor cultural, bem como a produção, circulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços culturais mediante o financiamento a:

- a) Investimentos fixo;
- b) Investimento misto (capital de giro associado ao investimento fixo);

### **• Itens Financiáveis**

Poderão ser financiados todos os itens necessários à implementação do plano ou projeto, tais como:

a) Contratação de serviços especializados (horas de estúdio de gravação, compra de pauta de teatro, montagem de palco, banheiros químicos, empresas especializadas em contratação de músicos, elaboração de arranjos musicais, elaboração de roteiros, contratação de elenco para produção audiovisual, aluguel de equipamentos e máquinas, projetos de sonorização (inclusive material contra a poluição sonora), projetos de iluminação, empresas especializadas em contratação de assessoria de imprensa, fotolito, programação visual, serviços de divulgação etc);

b) Aquisição de veículos misto (camioneta ou utilitários, exceto cabine dupla) novos ou usados com capacidade máxima de até 3,5 toneladas, classificados conforme Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997 (Código Nacional de Trânsito);

c) Aquisição de máquinas e equipamentos, utensílios;

- d) Aquisição de móveis, acervos museológicos, obras de artes, livros, publicações, DVDs, cenários e figurinos;
- e) Aquisição de instrumentos musicais;
- f) Capacitação de mão-de-obra necessária ao empreendimento, por meio de empresas especializadas (por exemplo: operadores de som e imagem, carpinteiros, guias, arquivistas etc);
- g) Gastos com construção, ampliação e reforma de benfeitorias e instalações;
- h) Capital de giro associado ao investimento fixo.

• **Itens não Financiáveis**

- a) Aquisição de terreno ou de unidade já construída ou em execução;
- b) Transferências de edificações;
- c) Aquisição de animais;
- d) Desenvolvimento de produtos que possam ensejar discriminação ou preconceito de qualquer natureza, bem como possam denegrir a imagem do Banco, a exemplo de filmes pornográficos e eróticos.

• **Prazos**

- I) Investimento fixo ou misto: até 12 anos, incluída a carência;
- II) ) Carência: até 6 meses após a data prevista de entrada em operação comercial do empreendimento a ser realizado com o plano ou projeto a financiar, não podendo ultrapassar a 4 anos;

• **Encargos Financeiros**

Porte	Taxa efetiva de juros ao ano
Micro	6,75 %
Pequeno	8,25 %
Médio	9,50 %
Grande	10,00 %

Nota: Sobre os encargos serão aplicados bônus de adimplência de 15%, para mutuários que pagarem a parcela da dívida até a dada do respectivo vencimento.

• **Garantias**

As garantias serão, cumulativas ou alternativamente:

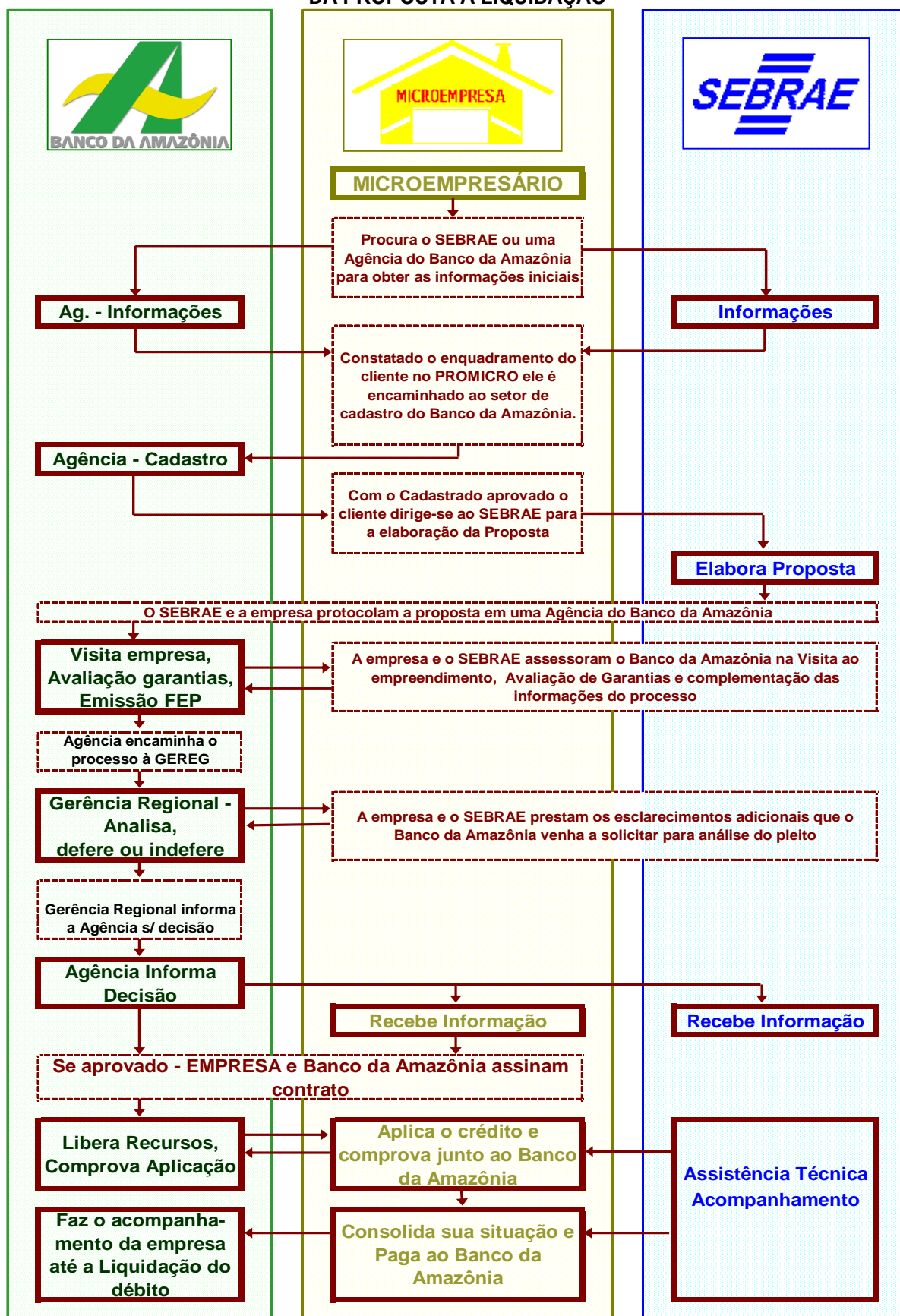
- a) Hipoteca;
- b) Alienação fiduciária dos bens financiados (máquinas, equipamentos, veículos e instrumentos musicais);
- c) Penhor de bens preexistentes (máquinas, equipamentos, veículos e instrumentos musicais); e
- d) Fiança ou aval.

Obs.: Podem ser dispensadas de garantia real as operações que, somado o seu valor às responsabilidades “em ser” do mutuário no Banco, sem garantia real, não ultrapassem o teto de R\$ 15.000,00. Essas operações serão contratadas apenas com aval de fundo de aval ou, alternativamente, com, pelo menos, um avalista ou um fiador idôneo, com patrimônio desonerado compatível com a obrigação garantida.

• **Tarifas**

Conforme “Tabela de serviços especiais e diferenciados” do Banco.

**ANEXO III**  
**PROCEDIMENTOS PARA FINANCIAMENTO COM RECURSOS DO FNO**  
**MICRO E PEQUENA EMPRESA**  
**DA PROPOSTA À LIQUIDAÇÃO**



## MÉDIA E GRANDE EMPRESA DA PROPOSTA À LIQUIDAÇÃO

